

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 1º e 7º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o art. 4º do Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, e os arts. 4º-A e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas a:

- I - aquisição de imóveis;
- II - locação de imóveis;
- III - aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;
- IV - locação de veículos; e
- V - locação de máquinas e equipamentos.

§ 1º A suspensão prevista no caput não se aplica quando se tratar de:

- I - imóveis destinados à reforma agrária e aqueles administrados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;
- II - aquisição de veículos de representação para uso exclusivo do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- III - prorrogação contratual e/ou substituição contratual, em relação aos incisos II, IV e V do caput; e
- IV - despesas relacionadas aos censos demográfico e agropecuário e a ações de defesa civil.

§ 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais quanto à suspensão prevista nos incisos IV e V do caput poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação.

Art. 2º Os pleitos referentes à autorização para aquisição e locação de imóveis e aquisição de veículos deverão ser encaminhados pela Secretaria-Executiva do respectivo Ministério à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, acompanhados de justificativas fundamentadas quanto à projeção de gasto até o término do exercício e dos aspectos de economicidade, relevância e urgência, até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 1º Com vistas a subsidiar a análise dos pleitos, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá solicitar informações complementares aos órgãos requerentes.

§ 2º Os pleitos que envolverem dúvidas de natureza jurídica deverão ser acompanhados de manifestação da unidade de assessoramento jurídico do órgão ou entidade solicitante.

§ 3º Após análise e manifestação, caberá, se for o caso, à:

- I - Secretaria do Patrimônio da União - SPU autorizar, mediante Portaria, a locação e/ou a aquisição de imóveis, de que tratam os incisos I e II do art. 1º; e
- II - Secretaria de Gestão - SEGES autorizar, mediante Portaria, a aquisição de veículos, de que trata o inciso III do art. 1º.

Art. 3º Fica vedada a realização de despesa para contratação, prorrogação contratual e/ou substituição contratual relativas a sistemas informatizados de controle e movimentação de processos administrativos eletrônicos diferente daquele disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, bem como pelo art. 9º da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2018, resolve:

Com relação à Recomendação nº 08/0121, de 28 de abril de 2017, referente ao "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí", de interesse do Estado do Piauí, alterar o nome para "Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF", sem prejuízo dos termos da referida Recomendação.

JORGE SABA ARBACHE FILHO
Secretário Executivo

ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 1.428, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista, especialmente, o disposto nos arts. 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 57, § 2º, e 108 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e no art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º As alterações orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, inclusive no que concerne a fonte de recursos, a modalidade de aplicação, a identificadores de uso (IU) e de resultado primário (RP), bem como a esfera orçamentária e codificação orçamentária, serão regidas no corrente exercício financeiro pelos procedimentos contidos na presente Portaria.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria:

I - não se considera como alteração orçamentária a modificação das denominações das classificações orçamentárias autorizada no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018, devendo a sua solicitação observar o mesmo procedimento previsto no § 1º do art. 9º desta Portaria;

II - considera-se como alteração orçamentária a modificação do identificador de doação e de operação de crédito e o remanejamento entre Planos Orçamentários - POs, inclusive quando envolver a criação de novo PO;

III - nas referências ao Ministério Público da União - MPU considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

IV - considera-se órgão setorial aquele integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPOF, ou equivalente; e

V - os limites de suplementação e de anulação de dotações orçamentárias constantes do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária de 2018 - LOA-2018, devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nessa Lei.

Art. 2º Ao encaminhar solicitação de alterações orçamentárias que envolvam emendas individuais ou de bancada estadual, classificadas com os identificadores de resultado primário (RP) "6" e "7", respectivamente, o órgão setorial do SPOF, ou equivalente, atesta terem sido observadas todas as exigências previstas na legislação vigente para as alterações pretendidas, especialmente as dos incisos I e III do § 6º do art. 4º da LOA-2018.

Parágrafo único. A documentação comprobatória do cumprimento das exigências de que trata o caput deverá ser incluída no pedido registrado no SIOP e ficar arquivada na respectiva Unidade Orçamentária - UO ou no órgão setorial do SPOF, ou equivalente, para fins de verificação pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 3º As alterações orçamentárias no exercício de 2018 não poderão implicar modificação dos limites individualizados de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Parágrafo único. Para fins de observância do disposto no caput, fica vedada a anulação das seguintes despesas relacionadas no § 6º do art. 107 do ADCT para suplementação de despesas primárias que compõem os limites individualizados:

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21, todos da Constituição, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60 do ADCT;

II - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição;

III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Seção II

Dos Tipos de Alterações Orçamentárias

Art. 4º A UO indicará o tipo de alteração orçamentária solicitada, de acordo com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias", constante do Anexo desta Portaria, e o respectivo fundamento legal, cabendo ao órgão setorial correspondente verificar a exatidão dessas informações.

Art. 5º Cada solicitação deverá restringir-se a uma única espécie de crédito adicional, conforme definido no art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto nos arts. 13 e 14 desta Portaria.

Seção III

Das Solicitações de Alterações Orçamentárias

Art. 6º As solicitações de alterações orçamentárias deverão ter início na UO interessada, mediante acesso on-line ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, exceto para as modalidades de aplicação de dotações classificadas com RP diferente de "6" ("RP 6"), e serão encaminhadas ao órgão setorial correspondente.

§ 1º As informações prestadas pelas UOs serão analisadas pelo órgão setorial referido no caput, que procederá à avaliação da necessidade dos créditos solicitados e do oferecimento de recursos compensatórios, manifestando-se, nas áreas de sua competência, sobre a validade dos pleitos, manifestação essa que será parte integrante das solicitações iniciadas nas UOs.

§ 2º Todas as alterações orçamentárias que envolverem "RP 6" deverão ser realizadas por meio do Módulo do Orçamento Impositivo do SIOP.

Art. 7º Os órgãos setoriais encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SOF/MP, mediante acesso on-line ao SIOP, as solicitações de créditos suplementares e especiais de suas unidades, observadas as disposições desta Portaria, nos seguintes períodos:

I - referente a créditos dependentes de autorização legislativa:

a) para as despesas discricionárias, classificadas com RP 2, RP 3 ou RP 7:

1. de 22 de março a 5 de abril;
2. de 22 de maio a 5 de junho; ou
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;

b) para despesas obrigatórias e financeiras, classificadas com RP 1 e RP 0:

1. de 5 a 9 de março;
2. de 3 a 10 de maio; ou
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;

c) para alterações de emendas individuais, classificadas com RP 6, de 1º a 10 de setembro.

II - referente a créditos autorizados na LOA-2018:

a) para as despesas discricionárias, classificadas com RP 2, RP 3 ou RP 7:

1. de 22 de março a 5 de abril;
2. de 22 de maio a 5 de junho; ou
3. de 16 a 30 de outubro;

b) para despesas obrigatórias e financeiras, classificadas com RP 1 e RP 0:

1. de 5 a 9 de março;
2. de 3 a 10 de maio;
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;
4. de 29 de outubro a 10 de novembro; ou
5. de 3 a 10 de dezembro, somente para as alterações

previstas no incisos I, alíneas "a" e "b", II e III, alíneas "c" e "f", do caput do art. 4º da LOA-2018, de que tratam os tipos 101a, 101b, 102a, 102b, 102c, 102d, 102e, 103c e 103i constantes do Anexo desta portaria;

c) para alterações de emendas individuais, classificadas com RP 6:

1. de 2 a 30 de abril, somente para remanejamento entre grupo de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda individual;
2. de 11 a 22 de junho, somente para remanejamento entre grupo de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda individual;
3. de 1º a 10 de setembro;
4. de 16 a 30 de outubro; ou
5. de 26 a 30 de novembro.

§ 1º Para o atendimento deste artigo, os órgãos setoriais poderão estabelecer prazos para as suas UOs subordinadas ou vinculadas elaborarem as respectivas solicitações de crédito.

§ 2º Os órgãos setoriais que possuam sistemas próprios de gestão de alterações orçamentárias deverão enviar diariamente, por meio de serviços disponibilizados na internet pela SOF/MP, o conjunto de solicitações de alterações orçamentárias criado ou alterado no dia.

§ 3º Não se aplicam às solicitações de abertura de créditos extraordinários os prazos previstos neste artigo.

Art. 8º Deverão ser encaminhadas, até 10 de dezembro, as solicitações de alterações relativas a:

- I - esfera orçamentária;
- II - fonte de recurso (Fte);
- III - identificador de uso (IU);
- IV - identificador de doação e de operação de crédito (IDOC);
- V - identificador de resultado primário (RP), exceto "RP 6" e "RP 7", que não poderão ser alterados; e
- VI - ajuste na denominação das classificações orçamentárias.

Art. 9º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 4º, caput, inciso I, da LDO-2018, especificando, para cada uma, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a fonte de recurso, a modalidade de aplicação, os identificadores de uso e de resultado primário e o PO, quando for o caso.

§ 1º Nos tipos de alterações orçamentárias 200 e 500, de que trata a Tabela referida no art. 4º desta Portaria, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.



§ 2º As alterações orçamentárias não poderão conter suplementação na modalidade de aplicação "99 - A Definir", exceto quando for anulada essa mesma modalidade e os tipos constantes do Anexo desta Portaria forem 600, 601, 602, 700a, 700b, 710, 910, 911 ou 920.

§ 3º Aplica-se o procedimento previsto no § 1º deste artigo à criação de PO, independentemente do tipo de alteração orçamentária.

§ 4º Adicionalmente às informações a que se refere o caput deste artigo, deverá ser informado o identificador da emenda individual ou de bancada estadual, quando envolver RP 6 ou RP 7.

Art. 10. As solicitações de créditos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes, serão acompanhadas das reestimativas das receitas elaboradas no SIOP com base na arrecadação registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e na tendência do exercício.

Art. 11. Quando se tratar de créditos adicionais à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, as solicitações deverão observar os valores divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, a classificação por fonte de recursos estabelecida na Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001, e alterações posteriores, assim como as vinculações das receitas que deram origem a esse superávit, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 12. As metas relativas às programações incluídas por meio de créditos especiais deverão ser informadas a cada solicitação desses créditos, sendo facultado nos demais casos.

Art. 13. As solicitações de créditos adicionais relativas:
I - a pessoal e encargos sociais, inclusive Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, a benefícios aos servidores, empregados e/ou dependentes e a indenizações, benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais, deverão ser encaminhadas em um único pedido de crédito do SIOP, para cada órgão e cada tipo de crédito constante da Tabela referida no art. 4º desta Portaria; e

II - a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observarão, além das disposições desta Portaria, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF nº 1, de 11 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. O remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias, classificadas como despesas obrigatórias, relativas aos benefícios de que trata o inciso I do caput deste artigo para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, em atendimento ao disposto no art. 108 da LDO-2018.

Art. 14. O encaminhamento das solicitações de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas decorrentes de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, observado o disposto na Portaria SOF nº 4, de 19 de maio de 2000, fica condicionado ao atestado da Consultoria Jurídica do respectivo Ministério supervisor quanto à força executória da ordem judicial, mediante Parecer exarado nos autos do Processo, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998.

Art. 15. As solicitações de alterações orçamentárias deverão obedecer à forma e ao detalhamento estabelecidos na LOA-2018, além da informação do PO, e quando couber, e do identificador de emenda individual ou de bancada estadual.

§ 1º A solicitação de remanejamento de PO, inclusive sua criação, quando for o caso, poderá ser efetuada a qualquer tempo mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária 911, constante da Tabela referida no art. 4º desta Portaria.

§ 2º As solicitações de alterações dos planos orçamentários das ações 212B, 218I, 218J, 218K, 0181, 00QD e 09HB, serão analisados e processadas pela SOF:

I - a partir do primeiro dia útil subsequente a cada um dos prazos definidos na alínea "b" do inciso II do art. 7º desta Portaria; ou

II - no período subsequente, quando as solicitações forem encaminhadas após cada um dos períodos estabelecidos no inciso I.

§ 3º O remanejamento de PO não poderá implicar alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2018.

Subseção I Das Justificativas

Art. 16. As solicitações de créditos adicionais deverão conter exposição circunstanciada que as justifiquem, indicando:

- I - necessidade da alteração;
- II - a causa da demanda;
- III - as formas de financiamento do crédito e a adequação da proposta à meta resultado primário vigente, sem prejuízo da observância do disposto no art. 36 desta Portaria;
- IV - a verificação das fontes de recursos e dos identificadores de uso - IU e de resultado primário - RP;
- V - a urgência, relevância e imprevisibilidade da despesa para a edição de Medida Provisória;
- VI - a legislação específica; e
- VII - outras informações que forem necessárias.

§ 1º As solicitações de créditos adicionais que objetivem o pagamento de precatórios deverão atender ao disposto nos arts. 26 e 27 da LDO-2018, bem como informar o motivo da sua não inclusão na relação de que trata o referido art. 27.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo às solicitações de alterações de fonte de recursos, identificadores de uso, doação e operação de crédito, e resultado primário, código de ações, e subtítulos, e POs.

Subseção II

Dos Procedimentos Essenciais

Art. 17. Cabe aos órgãos setoriais apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira, e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações, considerando sua repercussão no programa de trabalho do Ministério ou órgão.

§ 1º Os recursos oferecidos para anulação não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º, os órgãos setoriais referidos no caput deverão proceder ao bloqueio, no SIAFI, das dotações orçamentárias oferecidas para anulação, ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam, exceto se já estiverem sido bloqueadas em decorrência de outros procedimentos.

§ 3º Considerar-se-ão em tramitação, para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º, as solicitações de alterações orçamentárias não devolvidas pela SOF/MP.

§ 4º A SOF/MP realizará a transferência, no SIAFI, dos valores referentes às dotações oferecidas para anulação, bloqueados ou contidos, para a conta "62.212.0106 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO PELA SOF" antes do envio do crédito, ou da edição da Portaria de que trata o inciso III do § 1º do art. 43 da LDO-2018.

§ 5º Eventuais inversões de saldo na conta "62.212.0101 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO", em decorrência da inexistência de bloqueio de que trata o § 2º deste artigo para fazer face à transferência explicitada no § 4º, são de total responsabilidade dos órgãos setoriais, cabendo exclusivamente a eles as providências necessárias para a regularização das aludidas inversões.

Art. 18. Na anulação de dotações constantes dos atos de abertura de crédito suplementar autorizados no art. 4º da LOA-2018, fica vedada a anulação de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, classificadas com "RP 6" e "RP 7", respectivamente, divulgadas na página da internet da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO do Congresso Nacional, nos termos da alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 131 da LDO-2018.

§ 1º Não se aplica a vedação de anulação das emendas a que se refere o caput quando houver solicitação ou concordância expressa de seu autor ou indicação do Poder Legislativo e forem observadas as demais condições estabelecidas no § 6º do art. 4º da LOA-2018.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o preâmbulo do ato de abertura do crédito deverá conter referência:

I - ao § 6º, inciso I, do art. 4º da LOA-2018; ou

II - aos §§ 6º, inciso I, e 7º do art. 4º da LOA-2018 e ao § 2º do art. 63 da LDO-2018, quando se referir a Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os créditos abertos nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo deverão identificar, na suplementação, o autor e a emenda objeto de suplementação, a fim de possibilitar essa identificação na execução.

§ 4º Quando se tratar de projeto de lei de abertura de crédito suplementar ou especial, a identificação a que se refere o § 3º deste artigo será da emenda objeto de anulação.

Art. 19. Os órgãos setoriais referidos no art. 17 desta Portaria deverão, ainda, observar o disposto no art. 13 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, além de outras normas aplicáveis à matéria, quando da análise das solicitações de créditos adicionais para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Seção IV

Das Modificações das Modalidades de Aplicação

Art. 20. As modificações das modalidades de aplicação, constantes da LOA-2018 e de seus créditos adicionais, inclusive os reabertos, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 17 desta Portaria, serão efetuadas diretamente no SIAFI ou no SIOP, conforme o caso, pelas UOs contempladas com os respectivos créditos orçamentários, de acordo com o § 3º do art. 43 da LDO-2018, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º As modificações, a que se refere o caput, relativas às dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo, classificadas com "RP 6", deverão ser realizadas, inicialmente, no SIOP.

§ 2º Os prazos previstos nesta Portaria não se aplicam às modificações de que trata este artigo.

Art. 21. As modificações efetivadas diretamente no SIAFI, de acordo com o caput do art. 20 desta Portaria, deverão ser encaminhadas pela STN/MF à SOF/MP para fins de atualização dos dados constantes do SIOP, enquanto as realizadas nos termos do § 1º do referido artigo serão enviadas pela SOF/MP à STN/MF para atualização dos dados contidos no SIAFI e viabilização da execução das despesas pertinentes.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Do Acompanhamento da Receita

Art. 22. O acompanhamento sistemático e periódico das informações relativas às receitas próprias e vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será realizado por meio das informações registradas no SIAFI.

§ 1º Na análise das solicitações de alterações orçamentárias que envolvam as receitas referidas neste artigo, serão consideradas, em relação à sua realização, exclusivamente as informações registradas no SIAFI, bem como o excesso de arrecadação apurado de acordo com as reestimativas elaboradas no SIOP.

§ 2º As reestimativas das receitas ocorrerão bimestralmente quando das avaliações da receita e da despesa de que trata o art. 9º da LRF.

Seção II

Do Acompanhamento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 23. O acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será efetuado com base nas informações registradas no SIAFI e no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 24. As projeções das despesas com pessoal e encargos sociais serão elaboradas com base no acompanhamento previsto no art. 23 desta Portaria, com o objetivo de subsidiar os processos de definição de limites para a elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte e de concessão de créditos adicionais no exercício corrente.

§ 1º A base de projeção efetivada pela SOF/MP será revisada mensalmente.

§ 2º A SOF/MP agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção, visando ao cumprimento do disposto no caput.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O encaminhamento das solicitações de alterações orçamentárias à SOF/MP será processado, exclusivamente, por meio de pedido constante do SIOP.

Art. 26. Para fins do disposto no art. 4º, caput, incisos I, alíneas "a", item "3", "b", item "3", e "e", item "2", II, alíneas "a", item "3", e "d", item "2", III, alíneas "e", item "2", "f", item "2", e "h", item "2", e IV, alíneas "c", item "2", e "e", item "2", da LOA-2018, entende-se como recursos próprios, tal qual definido no art. 4º da Portaria SOF nº 10, de 22 de agosto de 2002, os classificados nas fontes "50 - Recursos Próprios Não Financeiros" e "80 - Recursos Próprios Financeiros".

Art. 27. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais serão encaminhados ao Congresso Nacional até 15 de outubro de 2018, conforme dispõe o § 2º do art. 44 da LDO-2018.

Parágrafo único. Em face do disposto no caput e no § 13, ambos do art. 44 da LDO-2018, os projetos de lei de créditos suplementares e especiais dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU poderão ser encaminhados de forma consolidada por esses tipos de crédito, mas não integrados por órgãos do Poder Executivo, salvo quando se tratar, exclusivamente, de dotações orçamentárias destinadas a atender despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e aos auxílios funeral e natalidade, ou integrados exclusivamente por dotações orçamentárias classificadas com "RP 6" ou "RP 7".

Art. 28. As dotações orçamentárias alocadas na LOA-2018 destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, somente poderão ser remanejadas, para outras categorias de programação, mediante projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no art. 54 da LDO-2018.

Parágrafo único. Nos limites autorizados na LOA-2018, as dotações de que trata o caput poderão ser remanejadas para outras categorias de programação, desde que continuem sendo destinadas à contrapartida e ao serviço da dívida, respectivamente.

Art. 29. O limite de remanejamento de dotações, de que tratam a alínea "e" do inciso I e a alínea "h" do inciso III, do art. 4º da LOA-2018, entre subtítulos de ações do mesmo programa, aprovadas na referida Lei, no âmbito de cada órgão orçamentário, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", constante da Tabela a que se refere o Anexo desta Portaria, poderá ser ampliado para até 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo, consideradas as alterações já efetivadas por intermédio dos tipos 101e e 103f, constante da referida Tabela, e observadas as restrições contidas nas aludidas alíneas.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, poderão ser consideradas como integrantes do órgão orçamentário as unidades orçamentárias sob a sua supervisão.

Art. 30. A solicitação de abertura de crédito adicional para o atendimento de despesas primárias obrigatórias do Poder Executivo, à conta de anulação de dotações relativas a despesas primárias discricionárias, deverá ser acompanhada da indicação dos limites de movimentação e empenho dessas últimas despesas que deverão ser remanejadas para a execução das despesas atendidas.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito adicional a que se refere o caput deste artigo, a SOF/MP tomará as providências necessárias ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho.

Art. 31. Caberá ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, de cada Ministério ou órgão, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 32. O descumprimento ou inobservância dos procedimentos contidos na presente Portaria, especialmente do disposto nos arts. 12, 13, 16, 17, § 1º, 18, e 30, caput, poderá ensejar a devolução dos pleitos relativos aos órgãos ou entidades envolvidos.

Art. 33. Os créditos suplementares autorizados na LOA-2018, que dependem de ato do Poder Executivo para a sua abertura, terão como prazo máximo para publicação o dia 15 de dezembro de 2018, conforme estabelece o § 4º do art. 4º da LOA-2018, exceto os relativos aos incisos I, alíneas "a" e "b", II e III, alíneas "c" e "f", do caput do referido artigo, referentes aos tipos relacionados no item 5 da alínea "b" do inciso II do caput do art. 7º desta Portaria, os quais poderão ser publicados até 31 de dezembro de 2018.

Art. 34. Na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 35. Ressalvadas orientações supervenientes, a solicitação de remanejamento de dotações decorrentes de valores incluídos ou acrescidos à programação em decorrência de emendas individuais ou de bancada estadual, a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 4º da LOA-2018 e os tipos de crédito 183a, 183b, 184, 185a, 185b e 186, bem como quando envolver os tipos 120 e 200,

constantes do Anexo desta Portaria, deverá ser encaminhada, no âmbito do Poder Executivo, por intermédio do órgão setorial contemplado com a emenda, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Quando o remanejamento referido no caput envolver a anulação em um órgão e suplementação em outro, no âmbito do Poder Executivo, o encaminhamento deverá ser feito pelo órgão setorial beneficiado com a suplementação.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, o órgão setorial que receber a solicitação deverá articular-se com o outro órgão setorial envolvido a fim de viabilizar o remanejamento solicitado.

Art. 36. Em observância ao disposto no § 2º do art. 4º da LOA-2018 e no § 5º do art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a abertura de créditos suplementares e especiais para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras ou de excesso de arrecadação impõe a anulação de despesas primárias em valor correspondente.

Art. 37. A implementação no SIOF e no SIAFI da retificação:

I - da LOA-2018, publicada no Diário Oficial da União, será realizada mediante a utilização do tipo "925", constante do Anexo desta Portaria; e

II - dos atos de alteração orçamentária, por meio de ajustes das modificações anteriormente efetivadas.

Art. 38. Os procedimentos estabelecidos por esta Portaria aplicam-se, no que couber, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, sem prejuízo do disposto na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018, parcialmente alterada pela Portaria SOF nº 1.351, de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI Nº 13.587, DE 02 DE JANEIRO DE 2018, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 - LOA-2018

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
I.I - Suplementação de dotações classificadas com "RP 0":					
101a	Destinadas à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	1. anulação de dotações consignadas a essas despesas; 2. anulação de dotações classificadas com "RP 1" e "RP 2", até o limite de 20% (vinte por cento); 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 4. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso I, alínea "a", itens "1", "2", "3" e "4", combinado com (c/c) o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
101b	Relativas ao serviço da dívida.	1. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017; 2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; 4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta; 5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e 6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso I, alínea "b", itens "1", "2", "3", "4", "5" e "6", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
101c	Nas ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.	Anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso I, alínea "c", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276 de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;
101d	Transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	1. anulação de dotações que lhe tenham sido consignadas; e 2. excesso de arrecadação ou superávit financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal a esses fundos.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso I, alínea "d", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;
101e	De cada subtítulo, exceto os constantes das demais alíneas do inciso I do art. 4º da LOA-2018, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso I, alínea "e", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;

I.II - Suplementação de dotações classificadas com "RP 1":

102a	Relativa a despesa constante de item do Quadro 9 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, integrante da LOA-2018, cujo acréscimo de valor, quando houver, deve ter sido previamente demonstrado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2018.	1. anulação de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias consignadas em "RP 1"; 2. anulação de dotações orçamentárias classificadas com "RP 2" e com "RP 3"; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 4. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso II, alínea "a", itens "1", "2", "3" e "4", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
------	--	--	---	---	--



102b	Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e 2. excesso de arrecadação ou superávit financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal às respectivas despesas.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso II, alínea "b", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102c	Dos grupos de natureza de despesa - GND - "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso II, alínea "c", item "1", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102d	Despesas decorrentes de variação cambial.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da LRF.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso II, alínea "d", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102e	Dos grupos de natureza de despesa - GND - "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito das ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.	Anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso II, alínea "c", item "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.

I.III - Suplementação de dotações classificadas com "RP 2":

103a	De subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais" e "0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais".	1. anulação de dotações orçamentárias contidas em subtítulos das referidas ações; e 2. recursos constantes dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras" de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "a", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10;
103c	Relativas à subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.	1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas na referida subfunção; e 2. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "c", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; 3. de 16/10 a 30/10; ou 4. de 3 a 10/12.
103d	Dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "d", item "1", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103e	Despesas que decorram de variação cambial.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "e", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103f	De subtítulos, exceto os constantes das demais alíneas do inciso III do art. 4º da LOA-2018, cuja alteração implique acréscimo de valor, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação parcial de dotações orçamentárias, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "h", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103g	Dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação.	Anulação de até 50% (cinquenta por cento) do total das dotações orçamentárias consignadas a esses grupos de natureza de despesa no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "d", item "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103h	Dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	Anulação de até 30% (trinta por cento) do total das dotações orçamentárias consignadas a esses grupos de natureza de despesa no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "d", item "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103i	De dotações orçamentárias relativas a operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLLO), no âmbito do Ministério da Defesa.	1. anulação de dotações orçamentárias classificadas com "RP 2" e com "RP 3"; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "f", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; 3. de 16/10 a 30/10; ou 4. de 3 a 10/12.

		3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.			
103j	De ações e serviços públicos de saúde, identificadas nesta Lei com "IU 6".	Anulação de dotações orçamentárias alocadas às referidas ações.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso III, alínea "g", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.

I.IV - Suplementação de dotações classificadas com "RP 3":

104a	Remanejamento de dotações de subtítulos constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), até o montante de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias consignadas a esse Programa (R\$ 25.578.345.881,00 x 20% = R\$ 5.115.669.176,20).	Anulação de até 20% (vinte por cento) do montante das dotações orçamentárias constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (PAC) (R\$ 25.578.345.881,00 x 20% = R\$ 5.115.669.176,20).	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso IV, alínea "a", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104b	Dos grupos de natureza de despesa - GND "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras" no âmbito do subtítulo constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (PAC), objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação, identificadas com "RP 3" (PAC).	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso IV, alínea "b", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104c	Despesas decorrentes de variação cambial, identificadas com "RP 3" (PAC), exceto para as situações previstas na alínea "d" do inciso IV do caput do art. 4º da LOA-2018.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso IV, alínea "c", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104d	De subtítulos com "RP 3" (PAC), aos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas na LOA-2018.	Recursos decorrentes da variação cambial incidentes sobre os valores alocados.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso IV, alínea "d", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104e	De subtítulos constantes do PAC, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação parcial de dotações classificadas com "RP 2", limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso IV, alínea "e", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.

I.V - Remanejamento de dotações classificadas com "RP 0" ou "RP 2" no âmbito do mesmo programa e do mesmo órgão orçamentário:

107	Remanejamento de dotações orçamentárias entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, desde que não ultrapasse o limite de 30% do respectivo valor constante da LOA-2018, consideradas as alterações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f, podendo ser considerado como integrantes do referido órgão as unidades orçamentárias sob a sua supervisão.	Anulação de dotações, limitada a 30% do valor dos subtítulos de ações integrantes do mesmo programa objeto de suplementação, no âmbito de cada órgão orçamentário, observadas as vinculações constitucionais ou legais de receitas vigentes e as restrições constantes do art. 3º desta Portaria, consideradas as anulações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f.	LOA-2018, art. 4º, § 3º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Para dotações classificadas com RP 0: 1. de 5/3 a 9/3; 2. de 3/5 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11. Para dotações classificadas com RP 2: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
-----	--	---	--	---	--

I.VI - Recomposição de dotações classificadas com "RP 0", "RP 1", "RP 2" ou "RP 3":

119	Recomposição de dotações orçamentárias até o limite dos valores dos subtítulos que constaram do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 - PLOA-2018, correspondente à diferença negativa entre a LOA-2018 e o PLOA-2018.	Anulação de dotações orçamentárias de outros subtítulos, limitada, no caso de emenda não impositiva, a 40% (quarenta por cento) do valor acrescido em cada subtítulo.	LOA-2018, art. 4º, caput , inciso V, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Para dotações classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5/3 a 9/3; 2. de 3/5 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11. Para dotações classificadas com RP 2 ou RP 3: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
-----	--	---	---	---	--

I.VII - Remanejamento de emendas individuais ("RP 6") ou de bancada estadual ("RP 7")

183a	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda individual, classificadas com "RP 6", e não classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), solicitado pelo autor da emenda, ou que tenha a sua concordância, ou indicado pelo Poder Legislativo.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, não classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 1º a 10/9; 2. de 16 a 30/10; ou 3. de 26 a 30/11.
183b	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6"), classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), solicitado pelo autor da emenda, ou que tenha a sua concordância, ou indicado pelo Poder Legislativo.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, ("RP 6"), classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 1º a 10/9; 2. de 16 a 30/10; ou 3. de 26 a 30/11.
184	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida por emenda individual, classificada com "RP 6", em decorrência da não deliberação de Projeto de Lei, pelo Congresso Nacional, enviado pelo Poder Executivo nos termos do inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.	LOA-2018, art. 4º, § 7º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 2/8 a 30/10.



185a	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7"), solicitado ou que tenha a concordância do autor da emenda ou indicado pelo Poder Legislativo, não classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6).	Anulação de dotação de emenda da mesma bancada, ("RP 7"), exceto se classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular, ou, na ausência de impedimento, promover-se o remanejamento entre grupos de natureza da despesa, no âmbito da mesma emenda.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
185b	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7"), solicitado ou que tenha a concordância do autor da emenda ou indicado pelo Poder Legislativo, classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6).	Anulação de dotação de emenda da mesma bancada ("RP 7"), classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular, ou, na ausência de impedimento, promover-se o remanejamento entre grupos de natureza da despesa, no âmbito da mesma emenda.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
186	Remanejamento entre GND no âmbito da mesma emenda individual ("RP 6"), independentemente da existência de impedimento de ordem técnica ou legal de execução, solicitado pelo autor da emenda ou que tenha a sua concordância.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda individual.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 2 a 30/4; 2. de 11 a 22/6; 3. de 1º a 10/9; 4. de 16 a 30/10; ou 5. de 26 a 30/11.

II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
120	Suplementação acima dos limites autorizados na LOA-2018, ou não autorizada no texto da referida Lei.	1. Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.	Para despesas classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 2, 3 ou 7: 1. de 22/3 a 05/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 6: 1. de 1º a 10/9.
121	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida à programação em decorrência de emenda individual, classificada com "RP 6", indicado pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.	1. de 3/5 a 2/6.

III - CRÉDITOS ESPECIAIS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA-2018.	1. Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional, de doações e de convênios; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito especial correspondente.	Para despesas classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 2, 3 ou 7: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 6: 1. de 1º a 10/9.
201	Inclusão de categoria de programação na LOA-2018 com recursos de emenda individual, classificados com "RP 6", indicada pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição, não contemplada na LOA-2018.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito especial correspondente.	1. de 3/5 a 2/6.

IV - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3º, combinado com o art. 62, ambos da Constituição.	Medida Provisória.	Exercício de 2018.

V - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
600	Remanejamento de fontes de recursos entre dotações orçamentárias e/ou substituição de uma fonte de recursos pela inclusão de superávit financeiro da mesma ou de outra fonte ou de excesso de arrecadação de outra fonte, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IU e/ou do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se o valor e os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma fonte de recursos e acréscimo em outra fonte, e vice-versa.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal para as fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.	até 10/12.
601	Alteração do "IU", mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer "IU", remanejadas para outro "IU", no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
602	Alteração de esfera orçamentária, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma esfera orçamentária remanejadas para outra esfera.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
610a	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo classificadas com "RP 6".	Redução de dotações orçamentárias em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2018, art. 43, § 3º.	Não há. Realizada diretamente no SIOP.	até 10/12.
610b	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo, não classificadas com "RP 6", e de órgãos dos demais Poderes, do MPU e da DPU, com qualquer RP.	Redução de dotações orçamentárias em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2018, art. 43, § 3º.	Não há. Realizada diretamente no SIAFI.	até 10/12.
700a	Alteração do Identificador de Resultado Primário (RP), exceto "RP 3", "RP 6" e "RP 7", mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações classificadas em um RP, exceto "RP 3", "RP 6" e "RP 7", remanejadas para outro identificador, que não seja "RP 3", "RP 6" ou "RP 7".	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
700b	Alteração de RP, envolvendo "RP 3", mantendo-se os demais atributos da programação.	1. Redução de dotações classificadas em um RP, exceto "RP 6" e "RP 7", remanejadas para "RP 3"; e 2. redução de dotações classificadas com "RP 3", remanejadas para outro RP, que não seja "RP 6" ou "RP 7".	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
710	Ajustes nas codificações orçamentárias, desde que não impliquem em mudança de valores e na finalidade da programação.	Devem ser mantidas as mesmas informações da categoria de programação, exceto o código alterado.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "c".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
910	Ajuste de Arquivo relativo à alteração do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDOC, remanejadas para outro IDOC.	Inexiste, pois não altera a LOA-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).	até 10/12.
911	Remanejamento entre POs, inclusive com a criação de PO.	Redução de dotações de outros POs no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO.	Inexiste, pois não altera a LOA-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).	até 10/12. Contudo, as alterações dos planos orçamentários das ações 212B, 218I, 218J, 218K, 0181, 00QD e 09HB serão analisadas a partir do primeiro dia útil após: 1. 9/3; 2. 10/5; 3. 10/9; 4. 10/11; ou 5. 10/12.
920	Transposição de dotações orçamentárias da mesma categoria de programação de uma unidade orçamentária para outra (DE/PARA), no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo ou de transferência de atribuições de unidade, órgão ou entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	Redução de dotações do órgão/unidade/ entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	LDO-2018, art. 52, ou lei específica, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
921	Transposição, remanejamento ou transferência de dotações orçamentárias constantes da LOA-2018 de uma categoria de programação para outra, classificadas, exclusivamente, na função 19 - Ciência e Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, nos termos do § 5º do art. 167 da Constituição.	Redução de dotações orçamentárias de categoria de programação classificada, exclusivamente, na função 19 - Ciência e Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico, inclusive de órgãos diferentes.	Art. 167, § 5º, da Constituição.	Decreto do Poder Executivo.	até 10/12.
925	Atendimento das despesas constantes de retificação (errata) da LOA-2018, publicada no Diário Oficial da União, especificadas como "leia-se".	Anulação das dotações especificadas na retificação da LOA-2018 como "onde se lê".	Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, art. 152, c/c o art. 153 da LDO-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI), tendo em vista a publicação prévia da Mensagem de retificação da LOA-2018.	até 10/12.
930	Alteração de GND de créditos extraordinários abertos e reabertos, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, podendo haver a criação de GND.	Redução de dotações de outros GND no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2018, art. 47, § 2º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
940	Inclusão de categoria de programação na LOA-2018, até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 57 da LDO-2018.	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2018, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2018, art. 57, § 2º.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
941	Suplementação de dotações orçamentárias até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 57 da LDO-2018.	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2018, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2018, art. 57, § 2º.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.

**Observações:**

- a) Em observância aos limites individualizados de despesas primárias estabelecidos nos termos do art. 107 do ADCT, a abertura de créditos suplementares e especiais para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras impõe a anulação de despesas primárias em valor correspondente, que deverá ser demonstrado em anexo específico do respectivo ato, conforme dispõe o § 2º do art. 4º da LOA-2018;
- b) na anulação de dotações orçamentárias, deve ser observado, no que couber, o disposto nos arts. 18 e 28 desta Portaria;
- c) o remanejamento de dotações orçamentárias entre subtítulos, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2018, consideradas as alterações já efetivadas por meio dos tipos "101e" e "103f";
- d) na anulação de dotações, é vedada a anulação de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, salvo quando houver solicitação expressa ou concordância de seu autor ou indicação do Poder Legislativo;
- e) em todas as alterações orçamentárias, devem ser observadas as vinculações constitucionais e legais de receitas vigentes;
- f) os créditos suplementares abertos por Portaria do MP com a concomitante modificação de identificadores de uso e de resultado primário e de esfera orçamentária, no âmbito do mesmo subtítulo, ou de fontes de recursos, deverão conter no amparo legal o art. 43, § 2º, da LDO-2018, devendo ser observado o disposto no art. 54 dessa Lei;
- g) o remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e aos auxílios funeral e natalidade, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias de cada órgão orçamentário dos respectivos Poderes, do MPU e da DPU;
- h) a alteração de denominações das classificações orçamentárias, prevista no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "b", da LDO-2018, não deve ser realizada por meio de alteração orçamentária, devendo a sua solicitação observar o disposto no § 1º do art. 9º desta Portaria;
- i) na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos GND, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente;
- j) a anulação de dotações com "RP 6" ou "RP 7", por meio de Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, somente poderá ocorrer se destinado à suplementação de dotações com "RP 6" ou "RP 7" decorrentes de emenda do mesmo autor, devendo ser realizado por intermédio dos tipos 183a, 183b, 184, 185a, 185b e 186, conforme o caso, mantendo-se a identificação da emenda objeto da suplementação e o montante de recursos alocados na LOA-2018 para ações e serviços públicos de saúde;
- k) os tipos 183a, 183b e 186 não poderão ser utilizados para abertura de crédito suplementar de remanejamento de dotações objeto de emendas individuais com impedimento de ordem técnica de execução, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional, a que se refere o inciso IV do § 14 do art. 166 da Constituição, o que deverá ocorrer mediante a utilização do tipo "184";
- l) a utilização do tipo 119 desta tabela fica restrita aos casos em que o valor total do subtítulo aprovado na LOA-2018 for inferior ao valor do PLOA-2018, independentemente da classificação por RP, fonte ou GND;
- m) os limites de suplementação e de anulação de dotações orçamentárias constantes do art. 4º da LOA-2018 devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nessa Lei; e
- n) em todos os créditos que envolvam emendas individuais ("RP 6") ou de bancada estadual ("RP 7"), os montantes de acréscimo e de redução, em cada um desses RP, deverão ser iguais.

PORTARIA Nº 1.472, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui procedimentos para solicitação de alteração nas estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União referentes ao exercício de 2018 e à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a delegação de competência constante do item "2" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos impõe o constante acompanhamento das estimativas e reestimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União, resolve:

Art. 1º A Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal - SEAFI/SOF elaborará as reestimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União para o exercício de 2018 e as estimativas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 - PLOA-2019 e as disponibilizará no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, no endereço eletrônico www.siop.planejamento.gov.br.

Art. 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e as unidades orçamentárias qualificadas como Unidades Receptoras de receita poderão encaminhar à SOF, por meio de funcionalidade específica disponível no SIOP-Receita, solicitação de alteração das estimativas e reestimativas às quais se refere o art. 1º.

§ 1º As solicitações de alteração de que trata este artigo serão realizadas por usuários previamente cadastrados e por meio de formulário eletrônico específico, disponível na funcionalidade Captação de Base Externa do módulo SIOP-Receita.

§ 2º O usuário que incluir no SIOP-Receita solicitação de alteração das estimativas e reestimativas de arrecadação da receita será responsável pelos dados informados perante os órgãos de controle e fiscalização, nos limites de suas atribuições e competências.

§ 3º A responsabilidade por cadastrar e habilitar usuários para operar a funcionalidade Captação de Base Externa citada no § 1º é dos Cadastradores Locais de cada órgão do Poder Executivo ou unidade equivalente dos demais Poderes, do Ministério Público da União ou da Defensoria Pública da União.

§ 4º Os órgãos e unidades citados no § 3º são responsáveis por entrar em contato com o Atendimento SIOP, no telefone (61) 2020-2121, a fim de registrar e manter atualizada a lista dos seus Cadastradores Locais.

§ 5º A qualificação como Unidade Receptora é atribuída pela SOF para Unidades Orçamentárias responsáveis por arrecadar recursos públicos.

§ 6º Caso alguma Unidade Orçamentária se enquadre nessa descrição e não possua a citada qualificação, o fato deve ser informado pelo endereço eletrônico sof.receitas@planejamento.gov.br.

§ 7º Usuários previamente habilitados em anos anteriores para operar a funcionalidade Captação de Base Externa, assim como unidades orçamentárias previamente qualificadas como Unidades Receptoras, permanecerão até que os órgãos e as unidades responsáveis alterem o cadastro na forma dos §§ 3º, 4º e 5º.

Art. 3º Para fins de alteração nas reestimativas de arrecadação de receitas do exercício de 2018, serão observados os seguintes prazos e procedimentos:

I - reestimativa de receitas do primeiro bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 26 de fevereiro de 2018;

b) as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 27 de fevereiro a 2 de março de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de março de 2018;

II - reestimativa de receitas do segundo bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 27 de abril de 2018;

b) as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 30 de abril a 4 de maio de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de maio de 2018;

III - reestimativa do terceiro bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 29 de junho de 2018;

b) as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 2 a 5 de julho de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de julho de 2018;

IV - reestimativa de receitas do quarto bimestre de 2018: a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 31 de agosto de 2018;

b) as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 3 a 6 de setembro de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de setembro de 2018; e

V - reestimativa de receitas do quinto bimestre de 2018: a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 31 de outubro de 2018;

b) as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 1 a 7 de novembro de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 23 de novembro de 2018.

Parágrafo único. As estimativas inseridas a qualquer tempo pelas unidades orçamentárias receptoras de receita poderão, ao longo do exercício, serem revistas pela SOF, mesmo que tenham sido aprovadas previamente.

Art. 4º Para fins de previsão das receitas que constarão no PLOA-2019, serão observados os seguintes prazos e procedimentos:

I - a SOF divulgará a primeira previsão de receitas em 19 de março de 2018;

II - as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa previsão no período de 20 a 26 de março de 2018;

III - a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada em 16 de abril de 2018;

IV - a SOF divulgará a segunda previsão de receitas em 15 de junho de 2018;

V - as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar alterações dessa previsão no período de 18 a 27 de junho de 2018;

VI - a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada em 13 de julho de 2018;

VII - as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão solicitar reunião com os técnicos da SEAFI/SOF que serão realizadas entre os dias 16 e 20 de julho de 2018;

VIII - as unidades orçamentárias receptoras de receita poderão rever suas previsões de 23 a 27 de julho de 2018; e